

18º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA  
26 A 29 DE JULHO DE 2017, BRASÍLIA (DF)  
GT 22 – MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

AÇÃO CONTENCIOSA: REPERTÓRIOS, TÁTICAS E PERFORMANCES

Matheus Mazzilli Pereira  
(doutorando – Universidade Federal do Rio Grande do Sul)  
matheus.mazzilli@gmail.com

Camila Farias da Silva  
(doutoranda – Universidade Federal do Rio Grande do Sul)  
camilafsb@yahoo.com.br

**Resumo:** Pesquisadores de movimentos sociais têm como um de seus principais objetos de estudo as formas de ação adotadas pelos movimentos. Nessa literatura, o conceito de “repertórios” desenvolvido por Charles Tilly se tornou popular, tendo sido utilizado e adaptado por diversos autores. Em muitos casos, porém, seu uso se distanciou da abordagem originalmente proposta por Tilly. Por outro lado, outros importantes conceitos que se referem a esse objeto foram secundarizados, tais como “táticas” e “performances”. Nesse artigo, revisamos a literatura sobre esses três conceitos, explorando suas definições e os problemas aos quais se dirigem. Por meio dessa sistematização e revisão conceitual, buscamos contribuir para a superação de desafios teóricos presentes na análise de movimentos sociais contemporâneos. Defendemos que o conceito de “repertórios” situa-se em um nível de análise macro-histórico, se referindo ao conjunto historicamente determinado de formas de ação vistas como plausíveis e possíveis pelos ativistas. Já o conceito de “táticas” situa-se em um nível meso-organizacional de análise, se referindo às linhas de ação efetivamente utilizadas por ativistas e organizações para alcançar seus objetivos. Por fim, o conceito de “performances” situa-se em um nível micro-interativo, se referindo às formas pelas quais ativistas empregam suas táticas em interação com adversários, apoiadores e espectadores.

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos no Brasil, movimentos sociais e protestos políticos se tornaram protagonistas dos noticiários. Desde o ciclo de protestos de 2013, ativistas tomaram as ruas para protestar contra a Copa do Mundo de 2014, ocuparam escolas e universidades contra reformas no sistema educacional, voltaram às ruas novamente para protestar contra ou a favor do golpe/impeachment sobre a presidenta Dilma Rousseff, para citar apenas alguns exemplos. Ao longo desse período, as formas de ação dos ativistas foram intensamente debatidas, Táticas foram criticadas e defendidas por ativistas, jornalistas e pela “opinião pública”.

Nossa experiência recente nos mostrou, em primeiro lugar, que nossas formas de ação se repetem de forma regular. Ano após ano, ativistas saem em marcha pelas ruas dos grandes centros urbanos brasileiros, alguns arremessando pedras contra edificações e queimando objetos ao longo da caminhada. Sindicatos mobilizam greves reivindicando melhorias nas condições do trabalho ou se posicionando nos debates políticos mais amplos. Os últimos anos, no entanto, nos mostram que inovações nas formas de ação são possíveis. Estudantes secundaristas em São Paulo usaram uma tática conhecida no Brasil, a ocupação. No entanto, em vez de ocuparem reitorias de universidade ou terrenos improdutivos, ocuparam suas próprias salas de aula, criando uma nova tática de ação que rapidamente se difundiu para outros estados e até mesmo para outros grupos, como universitários anos depois.

Além disso, ativistas disputaram concepções sobre quais táticas são as melhores para a produção dos resultados esperados. Alguns ativistas, por exemplo, defenderam

que passeatas não deveriam recorrer ao uso de táticas de depredação para evitar a cobertura negativa da mídia no dia seguinte, que rapidamente classificava tais ações como “vandalismo”, deslegitimando-as. Outros criticaram a preocupação excessiva dos ativistas com a cobertura midiática, caracterizando as “caminhadas pelo centro da cidade” como pouco efetivas e defendendo, portanto, a necessidade de uma ação mais confrontativa para a obtenção dos resultados desejados. Nas ruas de Porto Alegre, por exemplo, uma cena era recorrente, explicitando as disputas táticas internas dos militantes: enquanto alguns ativistas derrubavam as grandes lixeiras situadas nas laterais das ruas onde passavam, outros os vaiavam e logo as levantavam novamente.

A dramaticidade, a estética e as ações performatizadas dos protestos também são dimensões importantes a serem destacadas. Grupos *pró-impeachment* e grupos “contra o golpe” utilizaram, por exemplo, uma mesma tática em eventos de protesto em 2015, a manifestação em praça pública, porém de formas diferentes. Por um lado, milhares de pessoas foram às ruas vestindo roupas das cores verde e amarela e outros símbolos nacionais, pedindo o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff. Nesses eventos, o hino nacional era cantado pelos ativistas que também levavam consigo símbolos que representavam a corrupção do Governo Federal e o “antipetismo”, como bonecos infláveis do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva vestido de presidiário e da presidenta Dilma Rousseff dentro de uma gaiola. Por outro lado, nas manifestações “contra o golpe”, predominavam bandeiras representando movimentos sociais de esquerda, sindicatos e partidos políticos. Camisetas vermelhas – vaiadas nos protestos *pró-impeachment* – eram vestimentas comuns entre os ativistas. Nos carros de som e nos cartazes levados aos atos, ativistas e representantes de organizações de movimentos sociais expunham seu enquadramento ao denunciar o golpe.

A experiência brasileira recente, assim, nos impõe uma pergunta de difícil resposta: afinal, por que nós protestamos das formas como protestamos? Para responder a essa questão ampla, Jasper (1997) defende que três perguntas devem ser respondidas.

Primeiro, por que eles [os ativistas] têm um determinado repertório de táticas possíveis? De todas as formas concebíveis de protesto, por que apenas algumas são utilizadas ou mesmo simplesmente consideradas em um determinado ponto da história em uma determinada sociedade? (...) Em segundo lugar, dado um repertório de possibilidades, por que ativistas escolhem determinadas linhas táticas de ação? Por que bombas em vez de marchas ou marchas em vez de uma campanha de envio de cartas? Em terceiro lugar, uma vez escolhida determinada tática, como eles a aplicam? Como eles decidem onde e quando plantar uma bomba e se uma segunda bomba será plantada? (...) Se a escolha tática pode ser comparada à decisão de se deslocar de carro, de ônibus ou de trem, decisões estratégicas incluem o quão rápido dirigir, quando mudar de pista e se utilizaremos a buzina (JASPER, 1997, p.234, tradução livre).

A literatura sobre movimentos sociais criou uma série de conceitos para responder a tais questões, cada um deles, dando origem e propondo respostas a cada uma dessas perguntas. Primeiramente, o conceito de “repertórios” apresenta uma abordagem macro-histórica e estruturante. Nos leva a questionar por que utilizamos recorrentemente formas de ação tão semelhantes para protestarmos e por que elas variam historicamente. O conceito de “tática” ou, de forma mais específica, de “escolha tática” foca-se nas escolhas organizacionais e biográficas por dadas formas de ação. Ajuda-nos a indagar por que e como ativistas escolhem táticas diferentes e constroem disputas ao redor desse tema se compartilham objetivos semelhantes. Por fim, o conceito de “performances” confere atenção aos contextos micro-interativos nos quais ativistas dramaticamente põem em prática as suas táticas. Nos ajuda a questionar, portanto, como ativistas utilizam suas táticas na prática.

Esse artigo busca revisar brevemente a literatura sobre cada um desses conceitos, com o intuito de explicitar suas diferenças, fornecendo uma breve introdução à agenda de pesquisa construída em torno de cada uma dessas ferramentas conceituais. Para isso, se divide da seguinte forma. A primeira seção apresenta uma breve revisão do conceito de “repertórios”. Em seguida, os debates sobre escolha tática são apresentados. Por fim, é revisado o conceito de “performances”.

## REPERTÓRIOS: UM CONCEITO MACRO-HISTÓRICO E ESTRUTURANTE

O conceito de “repertórios” tem como origem as formulações da sociologia histórica de Charles Tilly sobre a ação coletiva. Em *From Mobilization to Revolution*, Tilly parte de uma problemática cara à tradição marxista de pensamento, buscando investigar “como grandes mudanças estruturais afetam os padrões dominantes de ação coletiva” (TILLY, 1978, p.50, tradução livre)<sup>1</sup>. O autor busca explicações para dois fenômenos distintos: a emergência e a forma da ação coletiva.

Tilly (1978) identifica que, ao longo da história, as formas de apresentação de demandas coletivas (*collective claims-making*) se modificam constantemente. Exemplos de mudanças históricas nas formas de ação são o direcionamento cada vez maior de demandas ao parlamento nas sociedades europeias entre o século XVIII e IX (TILLY, 1997) ou ainda o surgimento de novas táticas de ação entre dados atores, como a greve (TILLY, 1978). O autor identifica, assim, que as formas concebíveis de ação coletiva para uma determinada sociedade e determinado grupo social variam historicamente em suas

---

<sup>1</sup> Para uma revisão crítica a obra de Tilly, apresentando os limites e possibilidades deixados ao campo de estudos de movimentos sociais, ver Bringel (2012).

formas e objetos.

Repertórios de ação são vistos como as formas historicamente limitadas de ação conhecidas e vistas como legítimas por indivíduos e grupos em determinado momento no tempo e no espaço, se tornando assim rotineiras. Nas palavras do autor, são “formas pelas quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados” (TILLY, 1995, p. 41, tradução livre). Tilly (1978) propõe que repertórios de ação podem ser vistos de forma análoga às línguas, conhecidas de forma tácita e vistas como “óbvias” por aqueles que as compartilham em determinado recorte espaço-temporal e desconhecida pelos “outros”. Atores sociais tenderiam a agir de acordo com essas formas de ação “disponíveis”, estando apenas eventualmente abertos a inovações.

Segundo o autor, os repertórios de ação são produtos culturais que se modificam por longos processos históricos. No caso da incorporação das greves ao repertório de ação dos trabalhadores, por exemplo, a emergência de uma nova visão sobre o direito ao controle do produto do trabalho; a concentração de trabalhadores em grandes indústrias; a segregação residencial crescente; o sucesso das greves artesãs; e a maior tolerância dos governos com as greves teriam transformado essa tática de ação, antes ocasional, em uma das táticas mais importantes para os trabalhadores industriais (TILLY, 1978). A literatura passou a destacar, principalmente, a relação entre variações nos repertórios de ação e mudanças nas características dos regimes ou contextos político-institucionais, em muitos casos, resumidas pelo conceito de “oportunidades políticas” (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001; TARROW, 2009; TILLY; TARROW, 2006).

Metodologicamente, o autor busca na comparação entre diversos eventos em que ocorram manifestações de demandas coletivas a identificação de padrões de ação coletiva e de variações nessas regularidades ao longo da história. Torna-se possível identificar, assim, formas de ação hoje plausíveis e recorrentes que eram apenas eventuais no passado (como as greves), bem como formas de ação que são raramente usadas atualmente, apesar de terem integrado os repertórios de ação de um período anterior (como a quebra de máquinas em indústrias) (TILLY, 1978). Nesse sentido, a técnica de construção de catálogos de eventos de protesto se torna importante para os estudos dos repertórios de ação coletiva (KOOPMANS; RUCHT, 2002; OLSAK, 1989; SILVA; ARAÚJO; PEREIRA, 2016).

O conceito de repertórios é marcado, portanto, por uma perspectiva “estruturalista histórica” (ALONSO, 2012a), situando-se, assim, em um nível macro-histórico de análise<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Tarrow (2009) chama atenção que ao mesmo tempo que estrutural, o conceito de repertório também tem um caráter cultural. Pois envolve não apenas o que as pessoas fazem, mas o que elas sabem sobre como fazer e o que os outros esperam que façam.

Tal conceito sugere que “as formas de ação presentes se inventaram ao curso de conflitos políticos passados” (ALONSO, 2012a, p. 24). Ainda, sugere que as possibilidades de ação coletiva em determinado momento histórico são estruturalmente dadas e delimitadas. Ou seja, em determinado recorte espaço-temporal, ativistas de movimentos sociais contam com um número limitado de formas de ação coletiva vistas como plausíveis, possíveis e legítimas para defender suas demandas.

Assim, o conceito de repertórios possibilita a formulação de problemas de pesquisa específicos, vinculados a uma análise histórica e estruturante. Que conjunto de formas de ação, organização e interação se apresentam para determinado conjunto de atores em determinado recorte espaço-temporal? Por que tais repertórios se modificam ao longo do tempo? Como determinadas formas de ação se incorporam aos repertórios de dado grupo? Por que tais modificações imprimem características específicas aos repertórios, como a maior recorrência de ações de negociação ou de confronto e, no limite, de violência e revolução? Qual a importância de modificações nos regimes políticos para a variação no conjunto de formas disponíveis de ação para dados atores? Qual a importância de mudanças culturais para que as formas de ação possíveis se modifiquem?

Dentre os conceitos aqui analisados, o de “repertórios” é provavelmente aquele que ganhou maior repercussão na literatura nacional. Grande parte desses trabalhos busca compreender a incorporação de novas formas de ação aos repertórios de dados grupos em dado momento histórico no Brasil, bem como as consequências dessa incorporação. De Ros (2009) argumenta que a realização de barreiras para impedir a realização de vistorias do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em grandes propriedades rurais se incorporou ao repertório do patronato rural gaúcho na década de 1990 em resposta à mobilização e ao aumento de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nesse estado, impondo dificuldades a esse último movimento em um período posterior. Também analisando a incorporação de táticas a repertórios de movimentos, Losekann (2013) defende que a tática do uso de Ações Cíveis Públicas passou a integrar o repertório do movimento ambientalista no Brasil devido à autonomia do Ministério Público, à construção de redes entre ativistas, promotores e procuradores, bem como devido à ineficácia atribuída pelos ativistas às instituições participativas. Tais instituições são o foco analítico de Lückmann (2011) que sugere que a incorporação da representação coletiva institucional em conselhos de políticas públicas aos repertórios de movimentos sociais no Brasil pode ter como consequência a criação de uma sobrecarga aos movimentos sociais, gerando tensões entre os princípios de participação e representação.

Outra possibilidade de utilização do conceito de repertório encontrada na literatura brasileira é chamar atenção para os sentidos e significados das ações do movimento para os ativistas que o compõem. Nessa perspectiva, ao caracterizarem o repertório do movimento de moradia de São Paulo, Tatagiba, Paterniani e Trindade (2012) incluem não apenas as táticas da ocupação de imóveis ociosos e da participação institucional, mas também os sentidos e valores vinculados a essas práticas. Indicam que, por um lado, ocorre uma adesão dos ativistas aos valores e práticas que conformam o repertório do movimento, mas que, por outro lado, a experiência militante é também diversa havendo, assim, polissemia e ambiguidade nos sentidos que conformam a ação coletiva em torno da moradia digna.

Já Alonso (ALONSO, 2000, 2012b, 2014) utiliza o conceito de repertórios para analisar as práticas do movimento abolicionista e do movimento reformista da geração de 1870. Argumenta que o repertório do movimento abolicionista brasileiro tem como origem a adaptação de formas de ação utilizadas em experiências de movimentos abolicionistas em outros países, como Inglaterra, França, Espanha e Estados Unidos (ALONSO, 2014). Nesse processo de transferência de repertórios, a tradição imperial brasileira impôs obstáculos ao modelo anglo-americano baseado na religião como discurso e na Igreja como base organizacional, facilitando o uso e o desenvolvimento do modelo hispânico, baseado no teatro e na dramatização, sendo, assim, definido um estilo próprio do repertório brasileiro: a teatralização da política (ALONSO, 2012b). Já no caso do movimento reformista da geração de 1870, a autora indica que esse movimento recorreu a formas não institucionalizadas de ação coletiva devido a marginalização imposta pelas instituições imperiais, bem como devido a incorporação de práticas utilizadas por ativistas estrangeiros, principalmente das formas contenciosas do abolicionismo americano, do movimento pró-reformas eleitorais inglês e republicanism português e francês. Dessa forma, em seus trabalhos, Alonso (2000; 2012b; 2014) destaca a adaptação de repertórios disponíveis no contexto internacional para o contexto nacional. Indica, portanto, que apesar do caráter estruturante desse conceito, a transferência de repertórios não é um simples processo de cópia, mas sim uma adaptação que envolve intencionalidades políticas e especificidades locais.

Ao ser mobilizado por pesquisadoras de movimentos sociais, o conceito de “repertórios” foi também modificado e adaptado a problemas de pesquisa diversos, inclusive por seu próprio criador. Alonso (2012a) demonstra como o conceito de repertórios foi modificado ao longo dos trabalhos publicados por Tilly. Na primeira fase de sua obra, o conceito de “repertórios de ação coletiva” tinha uma ênfase estrutural, sendo



entendido enquanto formas de ação. Respondendo às críticas culturalistas de que seu conceito deixava o simbolismo de lado, na segunda fase da obra de Tilly, tal conceito transforma-se em “repertórios de confronto”, centrando-se nas rotinas de interação e enfatizando as dinâmicas culturais. Por fim, na sua última versão, o conceito abre ainda mais espaço para agência, sendo a ele acoplada a noção de performance, que será explorada em mais profundidade posteriormente nesse artigo (ALONSO, 2012a).

Além de Tilly, outras pesquisadoras adaptaram o conceito de “repertórios” para diferentes problemas de pesquisa. Clemens (2010) apresenta a ideia de “repertórios organizacionais”, o qual representa um conjunto de modelos organizacionais cultural e empiricamente disponíveis. A autora utiliza o conceito para explicar como movimentos contestatórios produzem mudanças institucionais. Para isso, Clemens (2010) estudou grupos de mulheres na virada do século XX, afirmando que esses grupos causaram mudanças substanciais na política americana. Essas organizações, em geral, não rejeitavam a política em si, mas as formas existentes de organização, especificamente os modelos do partido eleitoral e os mecanismos de patronagem. Na construção de uma alternativa, grupos de mulheres valeram-se de modelos de organização disponíveis em outras áreas da vida social.

Já Abers, Serafim e Tatagiba (2014) buscam compreender como a entrada do Partido dos Trabalhadores (PT) no Governo Federal modifica as formas possíveis de interação entre movimentos sociais e Estado para determinados movimentos. Para isso, criam o conceito de “repertórios de interação” para indicar que diferentes formas de interação entre Estado e alguns movimentos sociais se tornaram disponíveis para os ativistas nesse período, incorporando em suas rotinas táticas antes apenas ocasionais marcadas pela sua institucionalidade, tais como a ocupação de cargos na burocracia estatal.

Por fim, Alonso (2000) utiliza o conceito de “repertório político-intelectual” para definir as obras produzidas pelo movimento reformista da geração de 1870 como formas de intervenção política. A autora argumenta que o recurso a determinado conjunto de teorias e autores é explicado a partir da perspectiva política de crítica ao *status quo* imperial. Assim, esse movimento “buscou no repertório político-intelectual de fins dos oitocentos os recursos que lhe permitisse exprimir sua crítica ao regime imperial numa forma distinta da tradição liberal-romântica inventada pela elite imperial” (ALONSO, 2000, p. 46).

Em muitos casos, no entanto, em seu uso e adaptação, o conceito de “repertórios” se confunde ao conceito de “táticas”. Apesar de se focarem, em muitos casos, em uma



análise histórica, justificando o uso do conceito, autores fazem referência, por exemplo, ao “repertório das greves”, “ao repertório da representação em conselhos” ou ao “repertório da mobilização legal”. Nesses casos, perde-se a distinção entre o conceito de “repertórios” e “táticas” e, assim, um fértil debate sobre escolhas táticas é ignorado, tema da próxima seção desse artigo.

## TÁTICAS: UM CONCEITO MESO-ORGANIZACIONAL E BIOGRÁFICO

“Táticas” podem ser definidas como “formas de ação que foram deliberadamente escolhidas com o objetivo de influenciar ou coagir um ou mais oponentes, o público em geral, e ativistas companheiros de movimento” (DOHERTY, 2013). Em uma visão mais ampla, ainda, “táticas” podem se referir não apenas a formas de ação propriamente ditas, tais como marchas, greves e ocupações, mas também às táticas de enquadramento interpretativo (BENFORD; SNOW, 2000; SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017) ou até mesmo a táticas organizativas (POLLETTA, 1997).

O conceito de repertórios sugere que em determinado momento histórico, atores tem um número limitado de formas de ação disponíveis para defender suas demandas. Uma questão, no entanto, não é respondida por tal conceito: frente a esse “cardápio” de táticas disponíveis, como ativistas criam preferências e escolhem suas táticas de ação? O debate teórico sobre “escolha tática” se dirige a problemas dessa natureza. Estudos sobre escolha tática, portanto, se dirigem a perguntas distintas daquelas sobre as quais se constrói a agenda de pesquisa sobre repertórios de ação. Busca-se compreender por que determinadas organizações e ativistas de movimentos sociais optam por determinadas táticas. Por que organizações de um mesmo movimento, com objetivos similares, usam táticas distintas para atingi-los? Por que algumas organizações optam por táticas mais ou menos contenciosas ou, ainda, mais ou menos violentas? Por que e como organizações mudam suas preferências táticas ao longo do tempo? Ou, pelo contrário, por que elas se mantêm fiéis a uma tática mesmo quando as circunstâncias a tornam menos efetiva?

Pesquisadoras de movimentos sociais oferecem diferentes explicações para a escolha tática. Uma primeira abordagem teórica destaca a importância de considerações estratégicas dos ativistas de movimentos sociais ao escolherem suas táticas, ou seja, as preocupações dos ativistas em escolherem as linhas de ação que lhes pareçam ser os melhores meios para o alcance dos fins estipulados. Essa perspectiva compartilha os pressupostos das teorias estado-unidenses sobre movimentos sociais desenvolvidas entre as décadas de 1970 e 1980 – marcadamente a teoria do processo político e a teoria

da mobilização coletiva --, que buscavam enfatizar a racionalidade dos atores, opondo-se a teorias anteriores que concebiam movimentos sociais como respostas irracionais das massas a mudanças estruturais (ALONSO, 2009; MCADAM, 1986; MCCARTHY; ZALD, 1977).

Esse é o argumento implícito de perspectivas que conectam a mudança nas táticas dos movimentos às oportunidades e ameaças apresentadas pelas instituições políticas, na medida em que ativistas se adaptariam estrategicamente às possibilidades do cenário político em que atuam. Estudos sugerem, por exemplo, que ativistas desenvolvem novas táticas de ação ao se adaptarem à repressão policial realizada sobre uma tática antiga, buscando atingir seus objetivos através da inovação (MCADAM, 1983). Ativistas podem também escolher agir em arenas nas quais suas táticas sejam mais efetivas. McAdam (1999) argumenta, por exemplo, que o movimento em defesa dos direitos civis nos Estados Unidos escolheu estrategicamente cidades em que esperavam maior repressão estatal para a utilização da tática da desobediência civil, o que tornaria possível acentuar a violência do Estado frente aos manifestantes pacíficos. Essa explicação estratégica para as escolhas táticas também está implícita em boa parte dos usos do conceito de “enquadramento interpretativo”, que sugere que ativistas adaptam suas mensagens de acordo com as características dos interlocutores com os quais interagem buscando maior ressonância (SNOW; BENFORD, 1988; SNOW et al., 1986).

Abordagens culturalistas, no entanto, desafiam essa perspectiva. Defendem que as táticas não são meros meios neutros utilizados para a obtenção dos fins estipulados pelos movimentos. Pelo contrário, táticas “representam importantes rotinas emocionalmente e moralmente relevantes para a vida das pessoas” (JASPER, 1997, p.237, tradução livre). Abordagens culturalistas levantam ainda a seguinte questão: mesmo que ativistas tenham preocupações estratégicas, a partir de quais critérios um ator define que dada ação é “estratégica”? A oposição dicotômica entre estratégia e cultura – seja ela vista como “ideologia” ou ainda como “identidade” - não permite compreender que por trás de ações aparentemente apenas racionais e estratégicas, há valores e crenças importantes para os atores (POLLETTA, 1997, 2004, 2012).

Nesse sentido, Jasper (1997) propõe o conceito de “gostos por táticas”, construído parcialmente a partir das contribuições de Pierre Bourdieu. Argumenta que movimentos e organizações têm culturas internas que criam julgamentos implícitos de natureza moral, emocional e cognitiva sobre as táticas disponíveis e, a partir de tais culturas, definem o que é uma ação “moral” e “estratégica”, escolhendo suas táticas. O conceito soluciona, assim, problemas que abordagens estratégicas não puderam solucionar. Por exemplo, por

que mesmo quando inseridos em um mesmo contexto político (que favorece de forma estável determinadas táticas e não outras) e militando em um mesmo movimento social, organizações e ativistas optam por táticas distintas de ação? E por que mesmo com a eventual variação em tais incentivos ao longo do tempo, alguns ativistas preferem manter as suas escolhas táticas, mesmo que elas tenham se tornado menos eficazes? A resposta oferecida por meio do conceito de “gostos por táticas” sugere que não apenas os incentivos externos à escolha tática são relevantes por sua importância estratégica, mas também as culturas internas dos movimentos e das organizações são decisivas para essa escolha (JASPER, 1997).

Mas o que é compõe tal cultura interna que conforma “gostos por táticas”? Algumas pesquisadoras destacam a importância das identidades coletivas (MELUCCI, 1995) nesse processo. No nível organizacional, grupos formam diferentes identidades coletivas em suas interações. Tais identidades são marcadas não só pela relação com a causa e com os adversários, mas também construídas a partir “daquilo que nós fazemos” (POLLETTA; JASPER, 2001; SMITHEY, 2009). Basta lembrar, por exemplo, a importância que a tática da “ocupação” tem para a conformação da identidade coletiva de diversos movimentos no Brasil, desde o tradicional MST até o mais recente movimento dos secundaristas. No nível individual, ativistas de movimentos sociais não constroem suas identidades apenas com referência a sua trajetória e ao movimento, mas também a partir das táticas que costumam adotar. Ativistas constantemente se definem, por exemplo, como “moderados” ou “radicais” não apenas pelas causas que defendem, mas também pelas táticas que utilizam (POLLETTA; JASPER, 2001; JASPER, 1997).

Outros estudos defendem, ainda, que a familiaridade é um aspecto importante para a escolha tática. Pesquisadoras inspiradas pelo conceito de “esquemas institucionais” de Sewell Jr. (1992) argumentam que ativistas desenvolvem e escolhem suas táticas ao transpor linhas de ação que lhes pareçam efetivas em outras esferas institucionais de sua vida para seus esforços de contestação política (POLLETTA; GARDNER, 2015; POLLETTA; HO, 2006). Young (2002), por exemplo, argumenta que novos estilos de protesto surgiram nos Estados Unidos na primeira metade do século IX influenciados pela lógica de ação da Igreja Protestante baseada na “confissão pública dos pecados nacionais”.

Polletta (2005, 2006, 2012) defende que ativistas e organizações de movimentos sociais criam associações metonímicas – relações imaginadas e implícitas de proximidade ou até mesmo equivalência entre elementos – entre táticas, valores, grupos sociais, eventos e processos. Por exemplo, ativistas de movimentos sociais podem

escolher suas táticas por que conectam implicitamente essas linhas de ação a valores que defendem – tais como liberdade e autonomia – e rejeitar outras táticas por que as associam a valores ou grupos opositores. Em sua análise do movimento dos direitos civis estado-unidense, a autora argumenta que, enquanto formas de organização menos hierárquicas foram vistas como sinônimos de “autonomia”, elas foram escolhidas por organizações desse movimento. Já quando tais formas de organização passaram a ser associadas ao ativismo branco, foram preteridas frente a modelos mais hierarquizados (POLLETTA, 1997; 2005; 2006; 2012).

Por fim, o conceito de “teorias nativas” sugere que ativistas definem o que é uma “boa estratégia” de acordo com suas próprias teorias sobre como a transformação social ocorre (PEREIRA; SILVA, no prelo). Pereira e Silva (no prelo) argumentam que ativistas de direitos animais usam diferentes táticas de enquadramento por desenvolverem teorias distintas a respeito da transformação da sociedade. Aquelas que veem a mudança social como resultado da conscientização da sociedade optam, em geral, por táticas de enquadramento que buscam expor de forma clara a sua crítica à “exploração animal”, mesmo que isso gere em seus interlocutores uma rejeição inicial. Já ativistas que concebem que mudanças sociais ocorrem apenas quando atores influentes têm interesses políticos e econômicos nessas transformações buscam adaptar seus enquadramentos de forma mais constante às concepções de seus interlocutores em busca de aliados. Ainda, em seu estudo sobre o movimento negro no Brasil, Bastos (2017) sugere que ativistas que creem que a mudança social ocorre principalmente pela ação estatal e dos partidos político tendem a priorizar táticas institucionais de ação. Já ativistas que suspeitam das capacidades estatais de produção de mudança tendem a escolher táticas mais contenciosas de ação.

“Tática” e “estratégia” são, portanto, conceitos distintos. O conceito de tática se refere às formas de ação escolhidas pelos ativistas e pelas organizações (DOHERTY, 2013). Já o conceito de “estratégia” se refere a definições mais amplas sobre os objetivos dos movimentos, bem como à avaliação de quais meios são os mais efetivos para alcançá-los (JASPER, 2013). A escolha das táticas é, portanto, apenas uma parte das preocupações estratégicas dos ativistas. A literatura culturalista nos mostra, ainda, que preocupações estratégicas são apenas um dos vários critérios adotados por ativistas para escolherem suas táticas e que sua própria definição de “estratégia” varia de acordo com processos de atribuição de sentido.

Ativistas, portanto, escolhem suas táticas por critérios múltiplos. Consideram não só os efeitos que as táticas terão sobre os oponentes e os espectadores, mas também

sobre seus companheiros de militância. Essa multiplicidade dos critérios de escolha tática pode gerar importantes dilemas para os ativistas. Afinal, uma tática compatível com as identidades coletivas dos ativistas que pode, assim, reforçar seus laços com o movimento, nem sempre é aquela que produz mais facilmente o impacto desejado sobre seus alvos. Táticas inovadoras capazes de surpreender os adversários do movimento podem ser pouco conhecidas pelos ativistas, se tornando mais arriscadas aos seus olhos e, assim, desencorajando sua participação. Táticas que são bem recebidas pela “opinião pública” nem sempre são as mais efetivas ou nem sempre são compatíveis com as identidades dos ativistas. Assim a escolha tática, em geral, envolve importantes dilemas, provocando disputas e implicando em perdas e ganhos.

Uma vez escolhidas as táticas, ativistas e organizações de movimentos sociais às colocam em ação. Nesse processo, no entanto, organizações e ativistas de movimentos sociais tendem a “desenhar” diferentemente suas táticas. Por exemplo, sabemos que passeatas não são sempre iguais umas às outras. Em primeiro lugar, ativistas dramatizam de formas diferentes suas marchas. Enquanto alguns vestem verde e amarelo outros preferem o vermelho para saírem às ruas. Enquanto alguns preferem os tradicionais gritos de guerra puxados por um microfone em um carro de som, outros utilizam baterias, bandas e canções inspiradas, por exemplo, nas torcidas de futebol. Em segundo lugar, organizações perdem parte do controle sobre as táticas uma vez que elas são colocadas em prática em interação com ativistas menos socializados no movimento e com as forças policiais, por exemplo. Uma passeata planejada para ser “pacífica” pode se transformar, assim, em um grande confronto com a polícia. O conceito de “performances” nos ajuda a compreender esses processos.

## PERFORMANCE: UM CONCEITO MICRO-INTERATIVO E DRAMÁTICO

O conceito de “performances” é desenvolvido por Charles Tilly em resposta às críticas lançadas ao estruturalismo do seu conceito de “repertórios”, bem como à sua dificuldade em responder questões relacionadas ao surgimento de inovações nas formas de ação. Angela Alonso sugere que a teoria *tillyana* dos repertórios encaminhou sua agenda de pesquisa em duas direções. Uma delas se relaciona às performances, ou seja, a investigações sobre “como a experiência presente, os sentidos e usos dos agentes em suas interações confrontacionais, transforma os repertórios” (ALONSO, 2012, p. 32)

Tilly desenvolve a noção de performance para seu modelo teórico especificamente para abrir mais espaço para a agência. A performance seria a unidade de um repertório,

assim, um conjunto de performances compõe um repertório de ação (TILLY, 2006; 2008). Segundo o autor, ativistas expressam suas reivindicações ao criarem improvisos a partir de roteiros compartilhados de ação. Para definir essa ideia, Tilly (2006) elabora uma comparação da ação contenciosa com o jazz, estilo no qual músicos seguem um *script* estabelecido, porém existe espaço para o improvisado. Essa metáfora teatral chama atenção ao caráter agrupado, aprendido e ainda improvisado da interação entre os atores sociais (TILLY, 2008). Se, por um lado, existe um conjunto historicamente determinado de possibilidades de ação (repertório), por outro lado, durante a interação é possível que situações inesperadas ocorram que trazem implicações a esse conjunto de possibilidades. Ainda que em um dado recorte temporal ativistas tenham como base um repertório limitado de performances, que em sua maioria já são familiares suficientes para que os participantes saibam como se comportar (e o que esperar), as performances se modificam continuamente e duas performances nunca se igualam perfeitamente (TILLY, 2008).

Segundo Tilly (2008), os ativistas improvisam constantemente de duas formas: adaptam as rotinas disponíveis para expressar demandas atuais e respondem a ações de outras pessoas enquanto expressam suas demandas. Durante o processo de interação com outros participantes, espectadores, alvos, adversários e autoridades, introduzem inovações às formas estabelecidas, que, em geral, desaparecem quando os eventos acabam. No entanto, outras continuam ao longo do tempo. Portanto, as performances que compõem um repertório não necessariamente seguem o *script* por ele determinado. Apesar de haver uma conformidade com as regras implícitas da interação, performances envolvem um processo incessante de inovação por todos os participantes. Por exemplo, uma manifestação hoje pode ser bem diferente da de ontem, dependendo de quem comparece, se chove, como a polícia se comporta, como o governo respondeu as reivindicações nos dias anteriores, etc. (McADAM; TARROW; TILLY, 2001). Assim, sobre a última obra de Tilly, *Contentious Performances* (2008), em que o autor desenvolve com mais profundidade esse conceito, Alonso (2012) afirma que o autor privilegia o improviso e a capacidade dos atores de modificar e selecionar as performances de um dado repertório para inseri-las ao contexto de sentido do grupo ou sociedade. Nesse sentido, segundo a autora, o repertório só existe encarnado em performances confrontacionais.

Se entendermos a espontaneidade não como a ausência de qualquer organização ou como a ausência de pensamento e racionalidade, mas sim como um termo que descreve “eventos, acontecimentos e linhas de ação verbais ou não verbais que não foram planejadas, buscadas, pré-definidas ou organizadas antes de sua ocorrência”



(SNOW; MOSS, 2014, p.1123, tradução livre), as performances podem ser consideradas um dos principais *locus* da espontaneidade. Em eventos de protesto, o roteiro planejado pelos ativistas e até mesmo pelas autoridades policiais pode ser quebrado, gerando situações ambíguas, como pela presença inesperada de manifestantes contrários aos ativistas em uma marcha, pela quebra dos acordos preestabelecidos entre os atores ou pela entrada em um ambiente distinto daquele nos quais ativistas e forças policiais estão acostumados a agir. Nesses momentos, ativistas devem achar novas soluções para os problemas que não puderam ser antecipados para manter a continuidade (ou não) de sua performance. Nesses momentos, ativistas buscam soluções em sua experiência pessoal passada, improvisando e gerando inovações espontâneas em suas performances. Dessa forma, a espontaneidade não se refere à criação de uma linha de ação completamente nova, mas sim ao deslocamento de experiências prévias como soluções para situações inesperadas (SNOW; MOSS, 2014).

Enquanto Tilly enfatiza o caráter contingente e interativo das performances, James Jasper (2007; 2016) acentua seu caráter dramático, as entendendo enquanto portadoras de significados (tais como a música, o ambiente, os livros, entre outros). Segundo o autor, os ativistas coreografam seus eventos, definindo quem se movimenta, quando e onde. Assim, afirma que “estamos sempre, até certo ponto, fazendo performances. Nossas posturas, nossos gestos, nossos olhares, todos eles ‘falam’ com nossos públicos” (JASPER, 2016, p. 70). Um exemplo de performance, sugere o autor, é o uso de máscaras ou fantasias, que expressam mensagens por si só, sem que o ativista que a utiliza precise fazer muita coisa, ainda que possam ser combinadas a palavras ou dramas intrincados.

Nesse sentido, Benford e Hunt (1992) sugerem uma análise dramatúrgica para pesquisar como os movimentos constroem e comunicam o poder. Os autores demonstram como os ativistas definem, redefinem e articulam o poder a partir do que chamam de quatro técnicas dramáticas: *scripting*, *staging*, *performing* e *interpreting*. O que nos interessa nesse artigo, ainda que os autores sinalizem que essas “técnicas” sejam empregadas simultaneamente pelos movimentos a nível empírico, diz respeito a *performing*. Segundo os autores, o ato de performar envolve além de demonstração, a afirmação do poder. Ou seja, concretiza as ideias sobre a luta entre protagonistas e antagonistas, revelando as formas que se pode alcançar ou preservar nas relações de poder. Também sugerem os autores que performances geram empoderamento, pois o ativista vive uma experiência de transformação do *self* ao passar de quem sofre a ação de forças externas à quem molda ativamente a cena (BENFORD; HUNT, 1992).



Similar à proposta de Benford e Hunt (1992), Ron Eyerman (2006; 2005) propõe combinar a *performance theory* ao campo de estudos de movimentos sociais. O autor se baseia no modelo teórico de Jeffrey Alexander sobre as performances. Nesse modelo, a performance é vista como um processo pelo qual atores demonstram a outros o significado de sua situação social, desejando que acreditem nesse significado que está sendo demonstrado. Assim, para que essa demonstração seja efetiva, os atores devem fazer uma performance compreensiva que leve as pessoas às quais “seus atos e gestos se direcionam a aceitarem seus motivos e explicações como descrições razoáveis” (ALEXANDER, 2011, p. 28, tradução livre).

Segundo Alexander (2006; 2011), um conjunto de elementos compõe esse processo ao qual a performance diz respeito: atores, observadores/público, os meios da produção simbólica, *mise-em-scène* e poder social. Os atores são aqueles que colocam em prática e codificam as representações, ou seja, quem realiza a performance. Os observadores (ou o público) são aqueles para quem são direcionados os significados dos textos culturais performatizados. Os meios da produção simbólica são os objetos e materiais utilizados para referenciar os significados que desejam expressar. *Mise-em-scène* é a ação dramática em si, ou seja, o texto colocado em cena: a performance acontecendo. Por fim, a distribuição de poder na sociedade tem implicações para esse processo, já que estabelece fronteiras entre o que pode ou não ser performatizado.

Alexander (2006; 2011) descreve como ocorrem as performances a partir da relação entre todos esses elementos. O ator (coletivo ou individual) performatiza o “texto cultural” em cena (*mise-em-scène*) que diz respeito à codificação das representações sociais em jogo para um público. Esse processo encontra-se imerso em relações de poder que limitam o que pode e o que não pode ser realizado. O público, então, passa por um processo de interpretação daquilo que está sendo transmitido, que funciona principalmente por meio da comparação de experiências prévias (memórias de performances anteriores), tendo como consequência a identificação (ou não) com a performance.

Ron Eyerman (2006) defende que essa apropriação da *performance theory* para o campo de estudos de movimentos sociais oferece uma nova dimensão de estudo ao conectar enquadramentos cognitivos, narrativas e discurso com a prática da mobilização. Essa abordagem teórica chama atenção para a corporalidade e a presença, ação e encenação, ao papel do drama e do simbólico na atividade do movimento. Também implica em conferir centralidade a performance de oposição e ao caráter estético do movimento, a coreografia do protesto, assim como aos aspectos morais e emocionais da

mobilização. Se a manifestação de rua é uma tática escolhida pelos ativistas para reivindicar suas demandas, ela apenas efetiva-se quanto é performatizada. Ou seja, “marchas, hoje em dia, são aceitas como formas de ação política [...]. No entanto, marchas não falam por si só, elas [...] devem ser ensaiadas e colocadas em práticas, bem como serem vistas e interpretadas (EYERMAN, 2006, p.197, tradução livre).

Assim, a literatura sobre movimentos sociais destaca duas características principais das performances. Em primeiro lugar, performances são processos de aplicação de roteiros táticos estabelecidos que, por se basearem em processos interativos contingentes, implicam em imprevistos, adaptações e inovações (TILLY, 2008; SNOW; MOSS, 2014). Em segundo lugar, nas performances, ativistas comunicam significados e emoções ao dramatizarem suas demandas e identidades coletivas por meio de ações, palavras, objetos e outros (BENFORD; HUNT, 1992; EYERMAN, 2006; JASPER, 2016).

No Brasil, algumas pesquisadoras utilizaram o conceito para estudar o ciclo de protestos de 2013 (DOWBOR; SZWAKO, 2013; SILVA, 2016; TATAGIBA, 2014). Acentua-se nessas pesquisas o caráter interativo, a dramaticidade e a construção e inovação dos protestos. Dowbor e Szwako (2013) analisam aquilo que foi previamente construído pelos movimentos sociais para que a ocorrência desse ciclo de protestos fosse possível. Para isso, estudam as performances do Movimento pelo Passe Livre (MPL) e pelo Comitê Popular da Copa (CPC). As autoras propõem a hipótese de que a dramatização da violência por esses atores foi central para a emergência desse ciclo. Assim, a violência, enquanto recurso cênico, pode ser mobilizada pelos ativistas a seu favor, demarcando personagens emblemáticos como heróis, vilões e vítimas.

Já Tatagiba (2014) analisa o ciclo de protestos de 2013 a partir da comparação com ciclos anteriores (1984 e 1991). A autora busca compreender quais são as rupturas e continuidades do ciclo de protestos de 2013 em relação aos anteriores. Sua análise indica a continuidade da descontração como um elemento das performances (as festas comício em 1984, os jovens com suas caras-pintadas de verde e amarelo em 1991, e diversas imagens semelhantes acentuando a alegria em 2013). Sugere, ainda, que a principal mudança nas performances desse ciclo se refere à presença de imagens de violência no confronto.

Por fim, Silva (2016), a partir do estudo de eventos de protesto relacionados ao tema do transporte público, tendo as mobilizações de 2013 e seus desdobramentos como objeto empírico central, analisou como, através de diferentes performances que conformam tais eventos, se conforma uma tendência de produção de inovações nos repertórios de contestação. A pesquisa indica a existência de três mecanismos de

inovação nas performances: adaptação, experimentação interativa (para explicação da emergência das performances) e rotinização (para explicação da incorporação no repertório). Assim, a autora sugere que a entrada de novos atores no processo de mobilização foi uma essencial para o surgimento de novas performances em 2013.

A exemplo do conceito de “repertórios”, o conceito de performances tende também a apresentar algumas dificuldades em seu uso. Uma questão sintetiza tais dificuldades: quais são as implicações da ênfase nas performances enquanto conceito analítico para o campo de estudos de movimentos? O que de fato o conceito de performance possibilita é conferir atenção à interação. Ou seja, as formas pelas quais os ativistas empregam suas táticas em interação com adversários, apoiadores e espectadores. As performances possibilitam enxergar as táticas – que compõem repertórios – em ação, e mais que isso, compreender como interações tornam possíveis eventuais inovações que podem originar novas formas de contestação. Esse conceito, portanto, dá origem a questões distintas daquelas propostas pelos conceitos anteriormente analisados. Como ativistas colocam suas táticas em ação de forma a dramatizar e comunicar suas demandas e identidades coletivas? Como as dinâmicas contingentes das interações estabelecidas entre ativistas, opositores, forças policiais e espectadores molda a ação dos ativistas ao longo da própria aplicação de uma tática? Como tais processos dão origem a inovações incrementais nas táticas e como elas serão posteriormente utilizadas ou não pelos ativistas em ações futuras?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se seguirmos a metáfora de Tilly entre as performances e o *jazz*, podemos pensar que a ação contenciosa de ativistas políticos é, em certa medida, semelhante ao trabalho de um músico. Um músico brasileiro no ano de 2017, por exemplo, conhece um número grande, porém limitado, de canções. Provavelmente, está familiarizado aos artistas da MPB, aos *hits* nacionais e internacionais de sucesso e até mesmo a algumas sinfonias dos séculos anteriores. No entanto, é possível que não tenha conhecimento sobre as músicas que estão sendo produzidas agora mesmo por artistas no Oriente Médio, na África Subsaariana, na Europa Oriental ou até mesmo no Uruguai. Não saberia nomear, ainda, compositores clássicos que não foram eternizados como Beethoven e Mozart. Algo semelhante ocorre com ativistas e movimentos sociais. Ativistas conhecem um número limitado de táticas de expressão de demandas coletivas. Táticas antes comuns ou comuns em outros contextos são pouco plausíveis e legítimas aos seus olhos, poucos

factíveis em seu contexto político ou não são nem ao menos conhecidas. Enquanto para alguns grupos determinadas táticas são óbvias (como as greves para os sindicalistas), para outros o uso dessa mesma tática pode ser quase impensável (como para associações de moradores). Em resumo, ativistas e movimentos sociais em cada recorte espaço-temporal tendem a ter um repertório de ação coletiva distinto.

Dentro de seu repertório de músicas conhecidas, cada músico escolhe apenas um número limitado de canções para aprender e executar para seu público. Escolhe-as por diversos critérios. Em primeiro lugar, simplesmente porque gosta das canções. Elas lhe soam familiares, parecem combinar com e até mesmo constituir sua própria identidade. Em segundo lugar, pois são vendáveis e agradam ao público, lhe ajudam a lotar seus *shows* e a ganhar muito *likes* nas redes sociais. Já no caso de movimentos sociais, frente a um repertório de ação disponível, ativistas e organizações também escolhem suas táticas utilizando critérios múltiplos. Primeiro, porque buscam efetividade em suas ações e, ao analisarem o contexto no qual se inserem, acreditam que a tática escolhida é a melhor para os resultados desejados. Mas ativistas também têm gostos por táticas. Algumas táticas lhes ajudam a construir e manter suas identidades coletivas, são associadas a valores caros aos ativistas e são vistas com familiaridade por eles. Ainda, suas noções do que é uma ação “estratégica” depende muito das teorias que eles mesmos desenvolvem sobre como a transformação social ocorre.

Por fim, uma vez montada sua *setlist*, músicos vão ao palco para mostrá-las ao público. Sabem, no entanto, que cada *show* é um *show*. Os responsáveis pelo seu figurino irão cuidadosamente selecionar suas roupas para que a imagem desejada pela equipe de *marketing* seja transmitida ao público. Quando em um país estrangeiro, sua produção lhes ensinará uma ou outra palavra no idioma local (talvez um “boa noite” ou “obrigado”) e seu coreógrafo pode modificar sua coreografia, adaptando sua performance à peculiaridade do público. Mesmo com tudo isso planejado, a plateia pode inesperadamente responder com vaias ou até mesmo invadir o palco. O cantor pode ficar sem voz ou um equipamento técnico pode não funcionar. São inúmeras as situações imprevisíveis durante a interação. Logo, músicos e produção terão que improvisar soluções para dar continuidade ao *show* sem causar prejuízos à sua imagem. Ativistas também precisam colocar suas táticas em prática por meio das performances. Eles irão às ruas com roupas e bandeiras que lhes ajudem a transmitir os significados desejados, adaptando seus *slogans* aos últimos acontecimentos políticos. Mesmo após negociarem com os participantes e com as forças policiais o roteiro da sua ação, fatos inesperados podem ocorrer. Ativistas contrários às suas lideranças podem mudar os rumos da marcha ou utilizar táticas não previstas.

Policiais podem subitamente lançar bombas de gás lacrimogênio sobre os ativistas. Nessas situações, todos terão que criar novas linhas de ação frente às contingências da interação, inovando a partir de suas experiências anteriores.

Nesse artigo, buscamos discutir conceitos desenvolvidos por pesquisadoras de movimentos sociais que nos auxiliam a compreender e organizar a complexidade da ação contenciosa. Em primeiro lugar, o conceito de “repertórios” se refere ao nível macro-histórico e estruturado da ação social. Permite ver que movimentos sociais conhecem e tomam como legítimos e plausíveis apenas um número limitado de formas de ação em cada recorte espaço-temporal. Em segundo lugar, o conceito de “táticas” e os debates sobre escolha tática permitem analisar os processos pelos quais, frente a essas opções, táticas são escolhidas no nível organizacional e biográfico, ou seja, por organizações de movimentos sociais e por ativistas em suas carreiras militantes. Por fim, o conceito de performances dá origem a debates sobre como ativistas dramatizam suas demandas ao aplicarem suas táticas e sobre como as contingências das interações geram situações ambíguas nas quais ativistas devem criar soluções inovadoras.

Assim, embora o conceito de “repertórios” tenha sido apropriado em grande escala pela literatura nacional, resumir a ação contenciosa a esse conceito implica obscurecer uma série de debates importantes para a compreensão desse fenômeno. Pesquisas que analisam a transformação dos repertórios no Brasil são importantes para identificarmos a mudança nos padrões de possibilidade de ação coletiva com a variação de regimes e governos. No entanto, não respondem outras questões importantes. Afinal, por que determinadas organizações de movimentos sociais e ativistas optam preferencialmente por táticas mais ou menos confrontacionais, como a queima de objetos ao longo de passeatas? Por que uns valorizam o uso de táticas institucionais, como a ocupação de cargos, e outros as criticam duramente como formas de cooptação do movimento, valorizando a organização de base e as táticas extrainstitucionais? Como ativistas se apropriam de símbolos – como cores, bandeiras nacionais ou de partidos políticos ou canções de torcidas organizadas de futebol – para comunicar suas identidades e suas demandas? Que dinâmicas de interação são geradas pela ação da polícia militarizada brasileira em protestos de rua e como ativistas tendem a responder a essa ação? Como ocorre a inovação nos processos de contestação? A agenda de pesquisa em torno dos repertórios, táticas e performances se mostra, portanto, essencial para o desenvolvimento do campo de estudos de movimentos sociais no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, v. 57, n. 2, p. 325–357, 2014.
- ALEXANDER, C. J. Cultural pragmatics: social performance between ritual and strategy. In: ALEXANDER, C. J.; GIESEN, B.; MAST, L.J. (Eds). **Social Performance Symbolic Action, Cultural Pragmatics, and Ritual**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- ALEXANDER, C. J. **Performance and Power**. Cambridge: Polity Press, 2011.
- ALONSO, A. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, p. 35 – 54, 2000.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 76, p. 49–86, 2009.
- ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia e Antropologia**, v. 2-3, p. 21–41, 2012a.
- ALONSO, A. A teatralização da política: a propaganda abolicionista. **Tempo Social**, v. 24, n. 2, p. 101–122, 2012b.
- ALONSO, A. O Abolicionismo como Movimento Social. **Novos Estudos**, v. 100, p. 115–137, 2014.
- BASTOS, S. T. S. **Movimento-Partido-Estado: os repertórios de ação dos militantes do movimento negro do Rio Grande do Sul**, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.
- BENFORD, R. D.; HUNT, S. A. Dramaturgy and Social Movements: The Social Construction and Communication of Power. **Sociological Inquiry**, v. 62, n. 1, p. 36–55, 1992.
- BRINGEL, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. **Sociologia & Antropologia**, v.02.03, p.43-67, 2012.
- BENFORD, R. D.; SNOW, D. A. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. **Annual Review of Sociology**, v. 26, n. 1, p. 611–639, 2000.
- CLEMENS, Elisabeth. “Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação política nos EUA, 1890-1920”. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3, p. 161-218, Brasília, janeiro-julho de 2010.
- DA ROS, C. A. O Movimento “Vistoria Zero” e a resistência do patronato rural às políticas de assentamentos no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, v. 11, n. 22, p. 232–278, 2009.
- DOHERTY, B. Tactics. In: SNOW, D. A. et al. (Eds.). **The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements**. Oxford: Blackwell Publishing, 2013.
- DOWBOR, M.; SZWAKO, J. Respeitável Público... performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. **Novos Estudos**, v. 97, p. 43–55, 2013.
- EYERMAN, R. How social movements move: emotions and social movements. In: FLAM, H. (Ed.) **Emotions and Social Movements**. London and New York: Routledge, 2005.



- EYERMAN, R. Performing opposition or, how social movements move. ALEXANDER, C. J.; GIESEN, B.; MAST, L.J. (Eds). **Social Performance Symbolic Action, Cultural Pragmatics, and Ritual**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- JASPER, J. M. **The Art of Moral Protest: culture, biography, and creativity in social movements**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1997.
- JAMES, J. M. Cultural Approaches in the sociology of social movements. In: KLANDERMANS, B.; ROGGEBAND, C. (Eds). **Handbook of Social Movements Across Disciplines**. New York: Springer, 2007.
- JASPER, J. M. Strategy. In: SNOW, D. A. et al. (Eds.). **The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements**. Oxford: Blackwell Publishing, 2013.
- JASPER, J. M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- KOOPMANS, R.; RUCHT, D. Protest Event Analizes. In: KLANDERMANS, B.; STAGGENBORG, S. (Eds.). **Methods of Social Movement Research**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002. p. 231–259.
- LOSEKANN, C. Mobilização do Direito como Repertório de Ação Coletiva e Crítica Institucional no Campo Ambiental Brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, v. 56, n. 2, p. 311–349, 2013.
- LUCHMANN, L. H. H. Associações, Participação e Representação: combinações e tensões. **Lua Nova**, v. 84, p. 353–364, 2011.
- MCADAM, D. Tactical Innovation and the Pace of Insurgency. **American Sociological Review**, v. 48, n. 6, p. 735–754, 1983.
- MCADAM, D. **Political Process and the Development of Black Insurgency 1930-1970**. 2ª. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.
- MCADAM, D. Marcos Interpretativos y Tácticas Utilizadas por los Movimientos: dramaturgia estratégica en el movimiento americano pro-derechos civiles. In: MCADAM, D.; MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. (Eds.). **Movimientos sociales - perspectivas comparadas: oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales**. Madrid: Istmo, 1999. p. 475–496.
- MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. **Dynamics of Contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. **American Journal of Sociology**, v. 82, n. 6, p. 1212, 1977.
- MELUCCI, A. The Process of Collective Identity. In: JOHNSTON, H.; KLANDERMANS, B. (Eds.). **Social Movements and Culture: Social Movements, Protest, and Contention**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995. p. 41–63.
- OLSAK, S. Analysis of Events in the Study of Collective Action. **American Review of Sociology**, v. 15, p. 119–141, 1989.
- PEREIRA, M.M.; SILVA, M.K. Os Movimentos Sociais e o Dilema do Enquadramento Interpretativo: o caso das interações entre o movimento dos direitos animais e a grande mídia. **Sociedade & Estado**, v.32, n.1, no prelo.
- POLLETTA, F. Culture and Its Discontents: Recent Theorizing on the Cultural Dimensions



- of Protest. **Sociological Inquiry**, v. 67, n. 4, p. 431–450, 1997.
- POLLETTA, F. Culture in and outside Institutions. **Research in Social Movements, Conflicts and Change**, v. 25, p. 161–183, 2004.
- POLLETTA, F. How Participatory Democracy became White: culture and organizational choice. **Mobilization**, v. 10, n. 2, p. 271–288, 2005.
- POLLETTA, F. **It was Like a Fever: storytelling in protest and politics**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2006.
- POLLETTA, F. Three Mechanisms by which Culture Shapes Movement Strategies: repertoires, institutional norms, and metonymy. In: MANEY, G. et al. (Eds.). **Strategies for Social Changes for Social Change**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2012. p. 43–57.
- POLLETTA, F.; GARDNER, B. Culture and Social Movements. In: SCOTT, R.; KOSSLYN, S. (Eds.). **Emerging Trends in the Social and Behavioral Sciences**. New Jersey: John Wiley and Sons, 2015. p. 1–13.
- POLLETTA, F.; HO, M. K. Frames and their Consequences. In: GOODIN, R. E.; TILLY, C. (Eds.). **The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 187–209.
- POLLETTA, F.; JASPER, J. M. Collective Identity and Social Movements. **Annual Review of Sociology**, v. 27, p. 283–305, 2001.
- SEWELL JR., W. H. A Theory of Structure: duality, agency, and transformation. **American Journal of Sociology**, v. 98, n. 1, p. 1–29, 1992.
- SILVA, C. F. da. **Inovações nos repertórios de contestação: o confronto em torno do transporte público em Porto Alegre**, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.
- SILVA, M. K.; ARAÚJO, G. O.; PEREIRA, M. M. Análise de Eventos de Protesto no Estudos dos Repertórios Associativos. In: ROBERTT, P. et al. (Eds.). **Metodologia em Ciências Sociais Hoje – Volume 2: práticas, abordagens e experiências de investigação**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 311–330.
- SILVA, M. K.; COTANDA, F. C.; PEREIRA, M. M. Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 61, p. 143–164, 2017.
- SMITHEY, L. A. Social Movement Strategy, Tactics, and Collective Identity. **Sociology Compass**, v. 3, n. 4, p. 658–671, 2009.
- SNOW, D. A. et al. Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. **American Sociological Review**, v. 51, n. 4, p. 464–481, 1986.
- SNOW, D. A.; BENFORD, R. D. **Ideology, Frame Resonance, and Participant Mobilization** *International Social Movement Research*, 1988.
- SNOW, D. A.; MOSS, D. M. Protest on the Fly: Toward a Theory of Spontaneity in the Dynamics of Protest and Social Movements. **American Sociological Review**, v. 79, n. 6, p. 1122–1143, 2014.
- TARROW, S. **O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TATAGIBA, L. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protesto e democracia no Brasil. **Política & Sociedade**, v. 13, n. 28, p. 35–62, 2014.

- TATAGIBA, L.; PATERNIANI, S. Z.; TRINDADE, T. A. Ocupar, Reivindicar, Participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião Pública**, v. 18, n. 2, p. 399–426, 2012.
- TILLY, C. **From Mobilization to Revolution**. New York: Random House, 1978.
- TILLY, C. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: TRAUGOTT, Mark (ed.). **Repertoires and cycles of collective action**. Durham: Duke University Press, 1995.
- TILLY, C. Parliamentarization of Popular Contention in Great Britain, 1758-1834, **Theory and Society**, v.26, n.3-2, p.245-273, 1997.
- TILLY, C. **Regimes and Repertoires**. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 2006.
- TILLY, C. **Contentious performances**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- TILLY, C.; TARROW, S. **Contentious Politics**. Boulder: Paradigm Publishers, 2006.
- YOUNG, M. P. Confessional Protest: The Religious Birth of U.S. National Social Movements. **American Sociological Review**, v. 67, n. 5, p. 660–688, 2002.